

**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL -
REGIÃO DO RIO DE JANEIRO**

Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial

Demonstração dos Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores da

União dos Escoteiros do Brasil - Região do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – RJ

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **União dos Escoteiros do Brasil - Região do Rio de Janeiro** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e a respectiva demonstração do resultado do exercício relativas as mutações ocorridas no patrimônio social.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **União dos Escoteiros do Brasil - Região do Rio de Janeiro** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

A auditoria das demonstrações contábeis, visam obter segurança razoável de que elas estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo opinião baseada nos fatos auditados. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2025

AGM CONTADORES ASSOCIADOS LTDA
CRC-RJ 0039150

Alberto Antônio Gonçalves
Contador - CRC-RJ 047.720/O-6

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL – REGIÃO DO RIO DE JANEIRO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024

(Em reais)

1 - Contexto Operacional

A União dos Escoteiros do Brasil – Região do Rio de Janeiro foi fundada em 05/11/1975, sendo subordinada ao Escritório Nacional, com Sede em Curitiba, fundada no Brasil em 04 de novembro de 1924, é uma Sociedade Civil por tempo indeterminado, com personalidade jurídica e patrimônio próprio. É reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 3.297, de 11/07/1917, reiterada pelo Decreto nº 5.497, de 23/07/1928, como Instituição de Educação Extraescolar e Órgão Máximo do Escotismo Brasileiro pelo Decreto-Lei nº 8.828, de 24/01/1946, e de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 7.014, de 17/01/91. Também reconhecida de utilidade pública Municipal por diversos municípios.

Registrada no Cadastro de Entidades com Fins Filantrópicos (CFC/CEFF) e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e tem como objetivo permanente a assistência social através de beneficência, sem qualquer discriminação, inclusive de raça, nacionalidade, credo religioso ou ideologia política e o auxílio mútuo e o desenvolvimento cultural e social dos seus associados.

Imunidade Tributária

A UEB, na condição de *Instituição de Educação Extraescolar* sem fins lucrativos, goza da imunidade de tributos e contribuições sociais no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, de acordo com os artigos 150 e 195 da Constituição Federal, respectivamente.

Isenção Tributária

A UEB, por deter Certificado de Entidade Filantrópica e de Utilidade Pública, está isenta do pagamento das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Cota Patronal, bem como das demais contribuições, com finalidades sociais, incidentes sobre seu Superávit ou faturamento.

**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL –
REGIÃO DO RIO DE JANEIRO**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em reais)

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A UEB adota o regime de competência, onde as despesas e os custos são atribuídos aos períodos em que ocorrem os fatos.

3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Resultado - Receitas, Custos e Despesas

O resultado é composto conforme Quadro a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
CONTAS	2024	2023
RECEITAS DA ATIVIDADE	547.603,00	515.178,40
Revenda de mercadorias	28.090,51	96.404,17
Cursos	43.750,00	-
Atividades e eventos	468.046,49	417.632,23
Campo escoteiro	7.716,00	1.142,00
RECEITAS ASSOCIATIVAS OPERACIONAIS	178.891,99	32.077,99
Associados	152.183,34	31.977,45
Doações	1,13	100,54
Trabalho voluntário	26.707,52	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.048,34	-14.532,44
Devoluções de cursos	-1.134,10	-6.668,07
Devolução - atividades de eventos	-4.514,24	-7.864,37
Devolução - campo escoteiro	-400,00	-
DESPESAS RECEITAS/OPERACIONAIS	-1.905.099,19	-1.168.525,30
Trabalhistas e encargos sociais	-691.592,57	-530.776,89
Administrativas	-430.193,71	-270.461,91
Atividades e eventos	-681.938,12	-295.589,73
Cursos	-67.077,87	-58.969,64
Gerais	-34.296,92	-12.727,13
RECEITAS DESPESAS OPERACIONAIS	1.548.951,20	1.325.504,83
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	125.279,23	85.992,58
Receitas financeiras	146.702,88	105.119,63
Despesas financeiras	-21.423,65	-19.127,05
OUTRAS RECEITAS	1.445.814,81	1.311.570,10
Outras receitas operacionais	1.445.814,81	1.311.570,10
OUTRAS DESPESAS	-22.142,84	-72.057,85
Ganhos e perdas ocasionais	4.564,68	-50.907,86
Trabalho voluntário	-26.707,52	-21.149,99
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	364.298,66	689.703,48

b. Ativo Circulante e Não Circulante

ATIVO	2024	2023
Circulante	1.954.425,34	1.569.483,65
Disponível	1.924.991,73	1.548.864,66
Direitos realizáveis	15.616,81	13.310,00
Despesas antecipadas	13.816,80	7.308,99
Ativo não circulante	5.722.135,94	5.728.616,77
Depósitos Judiciais	347.975,81	347.975,81
Contas correntes filiais	494.451,92	494.451,92
Imobilizado	4.879.708,21	4.886.189,04
TOTAL DO ATIVO	7.676.561,28	7.298.100,42

a. Disponível

A variação positiva nas disponibilidades está representada pelo aumento nas aplicações de renda fixa e variável.

Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo original de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e Ajuste de Avaliação Patrimonial registrado no exercício 2023.

b. Passivo Circulante

Obrigações sociais e fiscais - Registra valores a pagar em curto prazo a funcionários e encargos sociais relacionados a Folha de Pagamentos.

Contingências passivas - Registra as expectativas de desembolsos para os próximos 12 meses.

PASSIVO	2024	2023
Circulante	401.264,57	387.102,37
Fornecedores	-	1.149,00
Obrigações sociais e fiscais	11.826,28	29.024,33
Contingências passivas	375.516,98	347.975,81
Outras	13.921,31	8.953,23

Patrimônio social – Acréscimo através do Superavit do exercício corrente.

Patrimônio social	7.275.296,71	6.910.998,05
Patrimônio social	6.910.998,05	6.910.998,05
Superavit do exercício	364.298,66	-
TOTAL DO PASSIVO	7.676.561,28	7.298.100,42